Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 530.730 - MT (2019/0260273-5)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : **JOIFER ALEX CARAFFINI E OUTRO**
ADVOGADOS : **JOIFER ALEX CARAFFINI - MT013909B**
 ZAIDE ARBID - MT0018220
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**
PACIENTE : **JOÃO ARCANJO RIBEIRO (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **JOÃO ARCANJO RIBEIRO**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Consta dos autos que o paciente teve a prisão preventiva decretada pelo Juízo da 7ª Vara Criminal de Cuiabá/MT, no âmbito da denominada "Operação Mantus", juntamente com mais 31 pessoas, em razão de possível envolvimento em organização criminosa, lavagem de dinheiro e jogo do bicho.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem que concedeu a ordem, nos termos da seguinte ementa:

"*HABEAS CORPUS* – AÇÃO PENAL – ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, LAVAGEM DE DINHEIRO, CONTRAVENÇÃO PENAL, EXTORSÃO E EXTORSÃO MEDIANTE – 1) DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA – PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NA ORIGEM UTILIZOU COMO UM DOS FUNDAMENTOS O BOLETIM DE OCORRÊNCIA JÁ IMPUGNADO NESTA CORTE – SEGREGAÇÕES CAUTELARES DECRETADAS DECORREM DO INQUÉRITO POLICIAL N. 74/2017/GCCO – – FATOS DIVERSOS – OPERAÇÃO MANTUS SEQUESTRO – OPERAÇÃO MANTUS – 2) DECISÃO TARIFADA COMO DESTITUÍDA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA – PLAUSIBILIDADE NA INDIGNAÇÃO – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CONCRETOS QUE JUSTIFIQUE A CONSTRIÇÃO CAUTELAR – INEXISTÊNCIA DE BASE EMPÍRICA A COMPROVAR O RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA – SEGREGAÇÃO QUE NÃO ATINGE A FINALIDADE A QUE SE DESTINA – POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO POR CAUTELARES DIVERSAS – MEDIDA EXCEPCIONAL QUE DEVE SER PONDERADA COM PRUDÊNCIA E RAZOABILIDADE – PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA – . ORDEM CONCEDIDA COM MEDIDAS CAUTELARES." (e-STJ, fl. 82).

Opostos embargos de declaração pleiteando a extensão dos efeitos a corrêu, foram rejeitados.

Neste *writ*, alegam os impetrantes a ocorrência de constrangimento ilegal, por ausência de fundamentação idônea para a decretação e manutenção da prisão preventiva do paciente, na medida em que se encontra na mesma situação do corrêu Giovanni, devendo incidir a regra do art. 580 do CPP.

Requer, inclusive liminarmente, a concessão da ordem para que seja estendida a ordem concedida pelo TJMT, nos autos do "HC n. 1008058-31.2019.8.11.0000, revogando-se, em

Superior Tribunal de Justiça

consequência, a prisão preventiva decretada nos autos da ação penal nº 22813-48.2019.811.0042, código 580440, Juízo e Escrivania da 7ª Vara Criminal da Comarca de Cuiabá, MT" (e-STJ, fl. 29).

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, o pedido confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual será analisado em momento oportuno.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da 7ª Vara Criminal de Cuiabá/MT acerca da situação processual do paciente, bem como a senha de acesso para a consulta do processo n. 22813-48.2019.811.0042, código 580440, por malote digital, com urgência.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de setembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator